


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DEPRE 4.2 - Serviço de Pagamentos e Incidentes de Precatórios do

INSS - Ações Acidentárias

Endereço: Rua dos Sorocabanos, 680

Ipiranga - CEP 04202-001 - São Paulo - SP

Fone: (11) 2274-0751 - E-mail: depre4.2@tjsp.jus.br

**OFÍCIO DE REJEIÇÃO DE REQUISITÓRIO**

 Processo DEPRE nº: **0184546-19.2021.8.26.0500**

 Processo Origem nº: **0027966-71.2003.8.26.0053/0055**

 Requerente: **Irene Gomes dos Santos**

 Ent. Devedora: **IPREM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito

De ordem do Exmo. Senhor Desembargador Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos, Dr. Wanderley Federighi, comunicamos que o ofício requisitório expedido nos autos nº **0027966-71.2003.8.26.0053/0055** foi **rejeitado, sem processamento na DEPRE**, nos termos da Portaria nº 9.816/2019, do Comunicado Conjunto nº 1.212/2018 e do Comunicado nº 02/2018, tendo em vista que **a sentença proferida nos Embargos de Declaração determinou o prosseguimento da execução pelo montante de R\$744.887,53 (R\$744.525,46 condenação + R\$362,07 custas), conforme resumo das contas anexado ao presente precatório, entretanto, o valor global da requisição, constante do ofício requisitório datado de 14/05/2021, diverge do valor apontado no referido resumo.**

Caberá às Unidades Cartorárias realizar o cadastro de um **Novo Incidente de Precatório** conforme Comunicados Conjuntos nº 1.457/2017 e 352/2018 e somente após o encaminhamento de novo ofício requisitório eletrônico e anexo, é que o precatório receberá número de ordem cronológica, de acordo com a data do protocolo no DEPRE do novo ofício.

Apresento a Vossa Excelência os protestos de alta consideração e estima.

São Paulo, 10 de junho de 2021.

**GESSÉ LOURENÇO BARBOSA**

Supervisor de Serviço

DEPRE 4.2

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito do(a)

2ª Vara de Fazenda Pública

Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**